

Águas de Gaia | Ex-diretora entre os 13 detidos após buscas domiciliárias

written by O Cidadão | 26 de Maio, 2026



ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA



Direitos Reservados

Em comunicado, a PJ refere que na operação “Águas Turvas”, através da Diretoria do Norte, **“desenvolveu uma operação policial, na qual foram cumpridos, no Norte do país, cerca de 30 mandados de busca e detidos 13 suspeitos da prática de crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, abuso de poder e branqueamento, estando em causa um valor global de oito milhões de euros”**.

“A investigação, em curso há cerca de 17 meses, incide sobre um amplo esquema organizado de criminalidade económico-financeira, desenvolvido através da conjugação de esforços entre empresários do setor privado e funcionários da Empresa Municipal Águas de Gaia (ADGAIA), com poderes decisórios relevantes no âmbito da contratação pública e sua respetiva execução”, avança esta força de investigação criminal.

Fonte judicial adiantou à Lusa que os detidos são sete funcionários da ADGAIA, três dos quais com **“cargos de chefia, de direção e de coordenação e com poder decisório”**, um ex-funcionário desta empresa municipal que agora é empresário, e mais cinco empresários ligados à construção civil e à venda de materiais.

Segundo a mesma fonte, em causa está um presumível **“sistema organizado e enraizado de contratação pública, em que os arguidos funcionários controlavam todo o processo do início ao fim”**, em benefício dos empresários arguidos, **“vendendo-se”** a troco de contrapartidas dadas pelos privados, desde financeiras, viagens, almoços ou a realização de obras nas suas casas.

A PJ acrescenta que **“os factos indiciados revelam que os intervenientes estabeleceram, ao longo do tempo, um quadro relacional estável, funcionalmente orientado para a manipulação do processo decisório administrativo, no qual a contratação pública foi instrumentalizada como meio de obtenção de vantagens patrimoniais e não patrimoniais ilegítimas”**.

“Com existência de práticas reiteradas e coordenadas destinadas a condicionar decisões, moldar procedimentos, antecipar resultados e neutralizar mecanismos de controlo, através da utilização de canais informais de comunicação, da exploração de relações funcionais e pessoais e da criação de expectativas de benefício futuro”, indica a nota.

Segundo a PJ, investigam-se ainda suspeitas ***“da instrumentalização da Empresa Municipal Águas de Gaia para fins privados, traduzindo-se numa apropriação ilegítima de meios públicos, materiais e humanos, em violação dos deveres funcionais que cabia aos funcionários garantir, resultando num claro prejuízo para o erário público”.***

Entre os detidos, refere a PJ, contam-se **empresários de vários setores de atividade e altos quadros da Empresa Municipal Águas de Gaia,** bem como outros funcionários daquela entidade, que, desde 2024, foram responsáveis pela celebração e execução de procedimentos de contratação pública com as sociedades suspeitas, no valor global de oito milhões de euros.

Além de elementos probatórios, na operação levada hoje a cabo foram apreendidas **viaturas de alta cilindrada, saldos bancários e instrumentos financeiros e três armas de fogo, bem como dezenas de milhares de euros em dinheiro.**

Sobre as diligências da PJ nas Águas de Gaia, a autarquia divulgou **uma declaração em vídeo nas redes sociais Facebook e Instagram,** no qual o presidente, Luís Filipe Menezes (PSD/CDS/IL), ladeado pelos membros do seu executivo, diz estarem ***“felizes com isto”.***

“Ninguém é culpado antes de ser devidamente investigado e julgado. Contudo, já existem indícios fortíssimos que a Águas de Gaia era um antro de ilegalidades, se não de corrupção, como havia também focos de corrupção noutras empresas municipais (...). Queremos que tudo seja investigado”, afirma o autarca, referindo que os factos em causa são anteriores ao

seu mandato, pelo que a oposição PS, partido do ex-presidente do município, Eduardo Vítor Rodrigues, deve ***“assumir as suas responsabilidades”***.

Pouco depois, e também na rede social Facebook, Vítor Rodrigues escreveu que as buscas ***“não envolvem políticos municipais de nenhum mandato”*** e que ***“nunca houve reporte de indícios do que se comenta”***.

“Alegadamente, envolvem comportamentos de técnicos que já o eram antes de eu lá chegar e que continuaram a sê-lo depois de eu sair. As eventuais tentações da vida pública só podem ser contidas pela verdade e pela responsabilidade. E, muitas vezes, pagam os políticos pelo que os técnicos e dirigentes fazem”, assinala.

Os detidos vão ser presentes na quarta-feira a primeiro interrogatório judicial no Tribunal de Instrução Criminal do Porto, para aplicação de medidas de coação.

O inquérito é titulado pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) Regional do Porto.

Em setembro de 2025, o então presidente do Conselho de Administração da ADGAIA, **Miguel Lemos Rodrigues**, que já se encontrava suspensão de funções, foi acusado pelo Ministério Público (MP) de vários crimes económicos, ***incluindo de corrupção, por alegada viciação das regras da contratação pública***.